

Avaliação de funcionários judiciais e médicos parada

por ANA BELA FERREIRA | 30.11.2009

Governo também ainda não aplicou os novos modelos para avaliar médicos e funcionários judiciais, apurou o DN junto dos sindicatos. As negociações estão paradas e só serão retomadas em 2010. Mas serão questões complicadas, avisam os sindicalistas

Tal como aconteceu com os professores, o Governo ainda não conseguiu aplicar os novos modelos de avaliação aos médicos e funcionários judiciais, apurou o DN junto dos sindicatos do sector. As negociações estão paradas e só serão retomadas em 2010.

Em causa está a aplicação de uma lei aprovada em 2007 que previa avaliação em toda a administração pública com base no desempenho e que devia estar em vigor nos primeiros seis meses deste ano. Mas o novo modelo levou alguma polémica, especialmente entre os funcionários judiciais e oficiais de justiça que se recusam a ser avaliados por critérios quantitativos, como o número de despachos feitos. Isto porque, dizem, não depende directamente deles, mas dos processos que os magistrados lhes passam. Segundo Fernando Jorge, presidente do Sindicato dos Funcionários Judiciais (SFJ);, o Ministério da Justiça ainda nem começou as rondas negociais. "Já pedimos a reunião a este Governo, mas ainda não há nada marcado", explica.

Também Carlos Almeida, presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça (SOJ) revela nada estar agendado. "Só no próximo ano deve ser discutida esta questão". Até porque, "continua tudo na mesma e ainda falta a discussão do estatuto", acrescenta.

Até aqui a avaliação era feita de três em três anos por inspectores de justiça, que iam ao local avaliar as condições do serviço. Um modelo, que Fernando Jorge tem defendido, considerando que "funciona bem". Na classe médica, a implementação da nova avaliação também está atrasada. O Governo optou por, no final de Setembro, concluir o acordo das carreiras médicas, deixando para mais tarde a avaliação. "A questão da avaliação de desempenho está parada", confirmou ao DN Paulo Simões, um dos elementos do Sindicato Independente dos Médicos (SIM) que fazia parte de uma comissão sindical para estudar a avaliação.

De acordo com o sindicalista, esta comissão já tinha analisado a avaliação proposta pelo Governo para toda a função pública, tendo concluído que era complicado aplicá-la aos médicos. "Há 48 ou 49 especialidades e é preciso algum cuidado".

Neste momento, os médicos são avaliados pelos pares, o que lhes permite avançar nas várias categorias da carreira, através de concursos. Mas a nova lei impõe uma avaliação, anual e externa, do desempenho. "Temos de conjugar a avaliação do desempenho com a questão dos concursos", explica Paulo Simões, avisando que os médicos estão dispostos a negociar, recusado entrar em guerra com o Governo, como aconteceu na Educação: "Com os professores foi tudo política. Nós não queremos interferências políticas, porque queremos negociar".

A mesma vontade de negociar tem a Federação Nacional dos Médicos (FNAM). O dirigente Mário Jorge recorda que no acordo colectivo de trabalho, já assinado, previa-se que as negociações da avaliação se iniciassem em 60 dias, prazo que termina a 11 de Janeiro. "O Ministério da Saúde ainda não apresentou propostas", confirma diz Mário Jorge, alertando: "Mas a avaliação de desempenho é uma matéria complicada".

Os dois sindicatos pretendem, por isso, encontra-se em breve para discutir o assunto, adianta Mário Jorge, explicando que na pesquisa bibliográfica que fez, encontrou essencialmente modelos de avaliação de desempenho de equipas médicas e não de clínicos individuais. A negociação da avaliação para médicos e funcionários judiciais estava prevista na lei que lançou o SIADAP - sistema de integrado de gestão e avaliação do desempenho de toda a administração pública